



ANDRÉ SINGER

O lulismo em crise

*Um quebra-cabeça do período Dilma
(2011-2016)*



Copyright © 2018 by André Singer
Todos os direitos reservados.

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Capa
Raul Loureiro

Foto de capa
Diego Vara/ Agência RBS

Foto da p. 1
Juca Varella/ Agência B

Preparação
Alexandre Boide

Índice onomástico
Luciano Marchiori

Revisão
Angela das Neves
Jane Pessoa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Singer, André
O lulismo em crise : Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016) / André Singer. — 1^a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2018.

Bibliografia.
ISBN: 978-85-359-3115-0

1. Brasil — Política e governo — 2011-2016 2. Jornalismo político
3. Partido dos Trabalhadores 4. Política social 5. Presidentes — Brasil — Eleição 6. Rousseff, Dilma, 1947- 7. Silva, Luiz Inácio Lula da, 1945- 1. Título.

18-14995 CDD-320.981

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil : Governo Dilma : Ciéncia política 320.981

[2018]
Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORASCHWARZ S.A.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (11) 3707-3500
www.companhiadasletras.com.br
www.blogdacompanhia.com.br
facebook.com/companhiadasletras
instagram.com/companhiadasletras
twitter.com/cialetras

*Para Paulo (1932-2018), presença calma e inteligente,
e para Evelyne (1938-94), vidro fino que partiu.*

A consciência da derrota e até do desespero fazem parte da teoria e da sua esperança.

Herbert Marcuse

Sumário

Introdução: Do sonho rooseveltiano ao pesadelo golpista	11
PARTE I: OS DRAMAS DO PRIMEIRO MANDATO	
1. Cutucando onças com bases curtas	39
2. Erradicação da miséria, nova pobreza e nova classe trabalhadora	77
3. A encruzilhada de junho	99
INTERMEZZO HISTÓRICO	
4. Três partidos brasileiros	131
PARTE II: AS TRAGÉDIAS DO IMPEACHMENT	
5. Uma vitória de Pirro	161
6. Dilma por ela mesma	195
7. Lula, Lava Jato e Temer na batalha final	220
Conclusão: Dois passos adiante, zigue-zague e queda	287

<i>Notas</i>	299
<i>Referências bibliográficas</i>	369
<i>Índice onomástico</i>	383

Introdução

Do sonho rooseveltiano ao pesadelo golpista

O que aconteceu com a perspectiva rooseveltiana de acelerar o lulismo e criar “no curto espaço de alguns anos”¹ um país em que as maiorias pudessem levar “vida material reconhecidamente decente e similar”?² Onde foi parar o horizonte desenhado por Dilma Rousseff no discurso inaugural daquele bonito sábado, 1º de janeiro de 2011, de podermos ser “uma das nações mais desenvolvidas e menos desiguais do mundo — um país de classe média sólida e empreendedora”?³ O que restou da previsão feita pelo economista Marcelo Neri, segundo a qual os brasileiros — “campeões mundiais de felicidade futura” — teriam, daquela vez, razão para ser otimistas, pois uma “nova classe média” seria dominante em 2014?⁴

Motivos de esperança existiam. Dilma sentou na cadeira presidencial tendo atrás de si um crescimento de 7,5% do PIB, uma taxa de desemprego de 5,3%⁵ e uma participação do trabalho na renda 14% acima da que havia em 2004.⁶ Uma massa de trabalhadores fazia uso de prerrogativas antes destinadas apenas à classe média, como viagens de avião, tratamento dentário e ingresso

em universidades. O Brasil parecia incluir os pobres no desenvolvimento capitalista sem que uma só pedra tivesse riscado o céu límpido de Brasília. Lula ressolvera a quadratura do círculo e achara o caminho para a integração sem confronto. Aclamado *urbi et orbi*, recebia aplausos da burguesia, nacional e estrangeira, e de centrais sindicais concorrentes. No início de 2009, Obama declarou que ele era “o político mais popular da Terra”.⁷ Em novembro, a revista britânica *The Economist* colocara na capa o Cristo Redentor como um foguete e a frase: “O Brasil decola”. Em dezembro de 2010, o ex-presidente encerrava o mandato com 83% de aprovação, a maior da série iniciada pelo Datafolha na década de 1980.⁸ A Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016, ambas no Brasil, projetavam-se como a consagração definitiva do lulismo.

Indicada por Lula para o cargo, a economista Dilma Vana Rousseff, ex-ministra-chefe da Casa Civil, não era política profissional e nunca disputara uma eleição. Mas na Câmara dos Deputados, o Partido dos Trabalhadores (PT) fizera uma bancada de 88 cadeiras, a maior da Casa, e era de longe a sigla mais apoiada pelo eleitorado. Junto com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), prometia à primeira presidente mulher tranquilidade congressual para exercer o mandato. Embalada pelas condições favoráveis, a “mãe” do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) poderia aumentar o ritmo do reformismo fraco lulista e, quem sabe, em uma década rooseveltiana, promover um Brasil integrado, superando a fissura entre incluídos e excluídos que a nação independente herdara da Colônia havia quase dois séculos e reproduzia desde então. “A erradicação da miséria nos próximos anos é assim uma meta que assumo”, afirmou na posse.⁹

Cinco anos, quatro meses e doze dias depois, numa quinta-feira, 12 de maio de 2016 — data em que a presidente deixou o Planalto, acusada de crime de responsabilidade —, o sonho se

convertera em pesadelo. Em 2015, o PIB caíra 3,8%,¹⁰ o desemprego chegara à casa dos 11%,¹¹ a renda estava em queda de 5%,¹² 2,7 milhões de brasileiros tinham voltado à miséria e quase 3,6 milhões à pobreza.¹³ Dilma, com rejeição de 70%, criticada pela esquerda e por setores populares, odiada pela direita e pela classe média, desprezada pelos empresários, abandonada pela base parlamentar, fora afastada pelo Legislativo e se recolhera à residência presidencial, de onde sairia três meses depois, condenada a perder o cargo. Líderes petistas, supostamente envolvidos em desvios descobertos pela Operação Lava Jato, estavam presos. Lula, denunciado em diversos processos criminais, procurava organizar a própria defesa. O PT perdera quase dois terços do apoio que tinha até março de 2013.¹⁴ O lulismo estava despedaçado.

O vice-presidente Michel Temer, do PMDB, amparado em expressiva maioria congressual, assumiu o governo à cabeça de um projeto que tendia não só a revogar a integração obtida pelo lulismo como a salgar a terra na qual ela havia crescido: a Constituição de 1988. O novo bloco no poder queria derrubar a participação obrigatória da Petrobras na exploração do pré-sal, congelar o gasto público por duas décadas, aprovar a terceirização de mão de obra para atividades-fim, fazer uma reforma trabalhista anti-CLT, aprovar uma emenda constitucional que limitasse os benefícios da Previdência Social e, se possível, alterar o regime político na direção do parlamentarismo. Temer nomeou um ministério disposto a diminuir o número de atendidos pelo Bolsa Família, reduzir as verbas destinadas à saúde e à educação, às universidades públicas e à agricultura familiar, a abrandar a fiscalização do trabalho escravo, a estancar a demarcação das terras indígenas e o reconhecimento das propriedades quilombolas. O desejo era o de revogar o que fora construído em matéria de democratização da sociedade, reinvenção da política e Estado de bem-estar desde os anos 1980.

Numa tarde de quarta-feira, 31 de agosto, vestida de vermelho, rodeada de ex-ministros, deputados, senadores e lideranças sociais, Dilma fez o último discurso desde o Palácio da Alvorada, onde aguardara, de maio em diante, o resultado do julgamento. Às 13h36, o Senado proclamara, por 61 a vinte, que ela era culpada de infringir o inciso VI do art. 85 da Constituição, atentando contra a lei orçamentária. “É o segundo golpe de Estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo.”¹⁵ Filmada por documentaristas, a ex-presidente falava para a história. Dilma por Jango. Lula por Getúlio. A toga de 2016 pelos tanques de 1964. O PT pelo PTB, o PSDB pela UDN, o PMDB pelo PSD. O advogado Michel Miguel Elias Temer Lulia pelo marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Se tudo desse certo para os golpistas, o PT seria afastado do jogo por pelo menos uma década, como o golpe de 1964 freou o crescimento do PTB, fruto do realinhamento da época. O partido popular só retornaria à liça, sob a capa do MDB, em 1974.

Mas golpe parlamentar não é golpe de Estado, que “na grande maioria dos casos” significa a tomada do poder pelas Forças Armadas.¹⁶ O processo de impedimento, repleto de incontáveis peripécias, fora aprovado na Câmara, em 17 de abril, por maioria constitucional, depois de quatro meses de contraditório, público e livre, entre acusação e defesa. Numa sessão de nove horas e 47 minutos, televisionada na íntegra, 367 dos 513 deputados sufragaram a favor do impeachment, fazendo declarações de quinze segundos cada. O presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), pediu “que Deus tenha misericórdia dessa nação”. O palhaço Tiririca (PR-SP) votou “pelo meu país”. O gaúcho Sérgio Moraes (PTB-RS) mandou “feliz aniversário, Ana, minha neta”. O ex-capitão Jair

Bolsonaro (PSC-RJ) reivindicou a “memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra”, torturador durante a ditadura militar. Um trôpego show de variedades interrompia a experiência lulista dentro dos limites da lei, ainda que ferindo a alma da Constituição.

A bancada de 137 parlamentares contrária ao impedimento teve o direito de usar seus quinze segundos para defender o governo, a legitimidade do voto popular que reelegera Dilma em 2014, a honestidade pessoal da mandatária, lembrar Luís Carlos Prestes, Olga Benário e Carlos Marighella e, sobretudo, atacar como corrupto o homem que presidia a sessão com um permanente sorriso irônico nos lábios. Cunha seria afastado do cargo pelo Supremo Tribunal Federal (STF) dezoito dias depois do impeachment, cassado pela Câmara em setembro e condenado em março de 2017 a quinze anos de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

No Senado, a sessão que culminou com o impeachment de Dilma durou sete dias. Durante três jornadas, presididas pelo ministro Ricardo Lewandowski, do STF, foram ouvidas testemunhas de acusação e defesa. A presidente defendeu-se em um discurso de 47 minutos, e durante uma maratona de treze horas respondeu a questionamentos de 47 senadores.¹⁷ No último momento, em deferência especial, os senadores decidiram, por 42 a 36, *não* cassar os direitos políticos da ex-presidente. Oito senadores do PMDB, dentre os quais dois ex-ministros e o pai de um terceiro, votaram escandalosamente contra Dilma, mas apoiaram a preservação dos seus direitos, mostrando uma suave diferença em relação ao PMDB da Câmara. Temer, que comandou pessoalmente¹⁸ a luta para impedir Dilma, teve que oferecer cargos no Banco do Nordeste, Furnas, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Itaipu etc. para conseguir os 54 votos de que precisava.

Houve um golpe *por dentro* da Constituição. Um golpe pós-moderno, na expressão do cientista político Bernardo Ricupe-

ro, embora sustentado pelo velho atraso brasileiro.¹⁹ O PMDB e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) se uniram para, sem comprovação de crime de responsabilidade da presidente, retirar o PT do Executivo, depois deste obter, em 2014, a quarta vitória consecutiva em eleições presidenciais. A falta de evidência de crime de responsabilidade, que a Constituição exige para decretar o impedimento, foi reconhecida pela *Folha de S.Paulo*, jornal sem simpatia pelo governo deposto: “Embora existam motivos para o impedimento, até porque a legislação estabelece farta gama de opções, nenhum deles é irrefutável. Não que faltem indícios de má conduta; falta, até agora, comprovação cabal. Pedaladas fiscais são razão questionável numa cultura orçamentária ainda permissiva”.²⁰

Ocorreu uma manobra constitucional para distorcer o espírito da lei. Em nome da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), atribuiu-se à edição de decretos de créditos suplementares assinados pela presidente, e a atrasos no pagamento do Tesouro ao Banco do Brasil, que ela nunca assinou, o caráter de crime de responsabilidade. Foram pretextos, pois os decretos faziam parte da rotina administrativa até outubro de 2015, quando o Tribunal de Contas da União (TCU) considerou a prática reprovável. Os senadores que condenaram Dilma resolveram aplicar a decisão de forma retroativa, o que não faz sentido. Quanto aos atrasos junto ao Banco do Brasil, não dependiam dela, mas diretamente do Tesouro.²¹

Autores têm observado que o impeachment constitui novo tipo de instabilidade na América Latina, o qual teria substituído os antigos golpes militares. O cientista político argentino Aníbal Pérez-Linán listou sete impedimentos latino-americanos de 1992 a 2015.²² Segundo a cientista política Kathryn Hochstetler, os impedimentos pós-ciclo militar foram resultado tanto de protestos populares contra políticas neoliberais como de pressões das elites em relação a governos progressistas, caracterizando mecanismo

semiparlamentarista de derrubada de governos.²³ O que não implica, necessariamente, a perda das liberdades democráticas, como nos anos 1960 e 1970. No caso brasileiro, a instabilidade criada com o golpe parlamentar colocou a democracia sob ameaça, mas não a dissolveu.

CAMBALACHE BRASILEIRO

Em 2002, quando Lula ganhou a eleição presidencial pela primeira vez, a Constituição estava garantida, e a democracia em pleno funcionamento. Como foi possível, para usar a expressão de Marx, que a sociedade tivesse “recuado a um momento anterior ao seu ponto de partida”?²⁴ Como explicar a contrarrevolução sem revolução? Quais conexões ocultas permitiriam formular hipóteses para explicar a catástrofe?²⁵ A luta de classes dá a chave do enigma? Acredito que sim, mas é mister assinalar que, ao contrário do previsto no *Manifesto comunista*, segundo o qual “a época da burguesia caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes”,²⁶ o quadro atual é marcado por acentuada fragmentação e complexificação do conflito.²⁷ Em vez de lidar com a burguesia e o proletariado, é necessário dar conta de inúmeras divisões, cuja taxonomia não se encontra à disposição do analista. Burguesias transnacionais, industriais rentistas, protagonismo de profissionais do aparelho de justiça e de mídia, sindicatos de terceirizados, precariado com acesso à universidade, pobres empreendedores, camponeses agroecológicos, gestão social da miséria etc. No *cambalache* do século XXI, é preciso lançar mão do que estiver ao alcance para gerar interpretações. Daí que o uso funcionalista do termo “classe”, oriundo de Max Weber, que a pensa a partir de acesso a bens e status (como quando se fala em classe média), surgirá num texto como este, que busca

inspiração no Marx do *18 de Brumário*. Não existe — que eu conheça — uma teoria geral das classes que dê conta dos rápidos processos contemporâneos.

Além de referências à classe média, a categoria “pobres”, que diz respeito ao pouco acesso a bens de que dispõem, precisará ser mobilizada, pois é fundamental para a compreensão do despedaçamento do lulismo. Depois de um ciclo que Francisco de Oliveira definiu como “reinvenção da política”, em que as classes ocuparam diretamente a cena — grosso modo a década que vai de 1978 a 1988 —, a pobreza voltou a se tornar categoria *política* no Brasil.²⁸ O lulismo, a partir de 2002, é uma direção que, embora forjada desde a fração organizada da classe trabalhadora, se dirige sobretudo aos “pobres”. Ao fazê-lo, abriu mão do avanço representado pela orientação de classe — “o proletariado integrou-se na generalidade das massas trabalhadoras”, diria Marcuse —,²⁹ mas tocou em um nervo da formação periférica. O lulismo é, portanto, profundamente contraditório e se presta a inúmeros gêneros de mistificação, por ser regressivo e progressivo *ao mesmo tempo*.

Tentei elucidar a natureza do lulismo em livros anteriores.³⁰ Retorno ao tema em face dos acontecimentos extraordinários de 2011 a 2016. Uma das características dos pobres no Brasil é a de não encontrar colocação no núcleo organizado da produção, como ensinou Caio Prado Jr. O autor mostra que, na Colônia, predominava o caráter “inorgânico” dos segmentos que não tinham lugar no motor capitalista, composto de senhores e escravos, ligado pela exportação ao que havia de avançado no plano mundial, portanto, às classes.³¹ Sem papel definido, orbitavam o centro dinâmico, fazendo aqui e ali o serviço disponível, numa relação de *favor* que, como descobriu mais tarde Roberto Schwarz, deixava uma ampla latitude de arbítrio para a classe dominante.³² Celso Furtado, por seu turno, indica que, após a Independência, “teve importância fundamental [...] a existência da

massa de mão de obra relativamente amorfa que se fora formando no país nos séculos anteriores”,³³ e à qual se acrescentou, digo eu, a camada dos antigos escravos, convertidos em pobres, quando o modo de produção substituiu por imigrantes livres a mão de obra escravizada. Na mesma clave, o sociólogo José de Souza Martins afirmou que os “grupos que ficaram à margem dos processos dominantes, abandonados e descartados por falta de um projeto político do Estado, abrangente, integrativo e participativo”, caracterizam a anomia brasileira.³⁴

O traço avulso e intermitente da atividade dos pobres dificulta a sua autoidentificação como trabalhadores, embora de fato o sejam. Constituem classe *em si*, embora não *para si*. É comum, entretanto, no discurso popular, a referência aos “pobres”, os quais têm noção de que seus interesses se opõem aos dos “ricos”. No plano da política, a oposição entre ricos e pobres tende, simultaneamente, a refratar e obscurecer o conflito existente entre capitalistas e trabalhadores. A refração permite enxergar, ainda que de maneira enviesada, o confronto fundamental, sob a denominação “pobres” versus “ricos”, porém elide o centro efetivo da discordia: a posse dos meios de produção. É esse caráter duplo de refração e obscurecimento que torna particularmente difícil a análise de classe do lulismo e, por consequência, do turbulento e enroscado processo que o envolveu entre 2011 e 2016.

Para avançar na compreensão, é necessário retomar os conceitos de *massa* e *classe*, sendo massa a forma pela qual a classe *aparece* na política quando não se organiza como classe. Na escrita de Marx, “os camponeses parceleiros constituem uma gigantesca *massa*, cujos membros vivem na mesma situação, mas não estabelecem relações diversificadas entre si. [...] Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas [...] formam uma classe. Mas na medida em que [...] a identidade dos seus interesses não gera [...] nenhuma organização política, eles não constituem

classe nenhuma”.³⁵ No caso brasileiro, a massa é composta de pobres, que é o nome recebido popularmente pelo subproletariado, a camada de trabalhadores que está aquém da condição proletária, segundo sugeriu, seguindo Paul Singer, em *Os sentidos do lulismo*.³⁶

A previsão do *Manifesto comunista* de que as massas seriam absorvidas pelas classes não se confirmou. Diversos autores viram, desde a periferia, que as massas se reproduziam *em paralelo* ao progresso das forças produtivas. Antonio Gramsci, pensando a situação italiana, encontra uma abordagem interessante. “Em que consiste a questão italiana, segundo esta formulação?”, perguntava-se o dirigente comunista. “Consiste no fato de que o incremento demográfico contrasta com a relativa pobreza do país, ou seja, *na existência de uma superpopulação*.³⁷ De partida, Gramsci pensa tratar-se de “uma população parasitária, ou seja, uma população que vive sem intervir em absoluto na vida produtiva”,³⁸ mas em seguida, refletindo em 1934-5, se pergunta se não será mais vantajoso para os industriais italianos especular “com o baixo preço da mão de obra e os privilégios governamentais do que com uma produção tecnicamente aperfeiçoada”.³⁹

Gramsci lançava perguntas que ressurgiriam na América do Sul: será que a superpopulação *aparentemente desligada do sistema* compunha, com as zonas produtivas, *outro sistema, invisível, mas não por isso menos amarrado*? A “conversão de enormes contingentes populacionais em ‘exército de reserva’, adequado à reprodução do capital, era pertinente e necessária do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou que se buscava reforçar”, destacou Francisco de Oliveira durante o milagre econômico dos anos 1970.⁴⁰ Como notou Chico, a respeito de uma terceira trajetória periférica, a da Rússia, “a *incompletude do sistema é uma nova complexidade*, que só será plenamente entendida já bem avançado o século pelos latino-americanos da estirpe de Raúl Prebisch, Celso Furtado e Florestan Fernandes”.⁴¹ Segundo

ele, haveria na “Rússia em transição do feudalismo para o capitalismo [...] um sistema híbrido, *que nunca se completará*, e que combina a ferocidade do novo com o atraso do velho”.⁴² A periferia reinventava Marx para se autocompreender. Como observou Schwarz, nas situações periféricas “faria parte de uma inspiração marxista consequente um certo deslocamento da própria problemática clássica do marxismo, obrigando a pensar a experiência histórica com a própria cabeça”.⁴³

Oliveira sempre chama a atenção para o fato de que o sistema capitalista periférico “incompleto” do Brasil, que ele batizou de “ornitorrinco”,⁴⁴ *funciona bem do ponto de vista da acumulação*. Em 2014, o PIB do Brasil era maior do que o da Índia, da Rússia e da Itália, *apesar* das décadas perdidas por aqui. Talvez se trate de uma variante específica da *modernização conservadora* conceituada por Barrington Moore.⁴⁵ Variante específica, pois, como assinala Oliveira, aqui não há “nenhum resíduo pré-capitalista”.⁴⁶ Nunca existiram resquícios feudais, nem castas hindus, nem comunas camponesas russas, mas, segundo penso, *as fundações de uma sociedade mercantil-escravagista ligada ao capitalismo central* que dominou os trezentos anos de colonização. Um traço peculiar dessa sociedade é o limbo, do qual os pobres podem sair (e no qual podem voltar a cair) individualmente, mas nunca como classe.⁴⁷ Em outras palavras, alguns pobres podem deixar de ser pobres, mas a *pobreza* não pode deixar de existir. Como consequência, as massas predominam. O que significa que Lula não poderia resolver a quadratura do círculo, e o lulismo se quebrou porque, acelerado por Dilma no bojo da ideologia rooseveltiana, acabou vítima de suas contradições, que são igualmente as contradições brasileiras. Embora um quarto da população ainda estivesse na pobreza em 2014, como mostro no capítulo 2, havia uma passagem do subproletariado para o proletariado, o que pressionava as condições de reprodução do capitalismo à brasileira.

Ao integrar a superpopulação excedente, o lulismo foi diminuindo a reserva de mão de obra. Um sintoma: escassez de trabalhadores domésticos entre 2011 e 2013. Ter empregados domésticos faz parte do estilo de vida da parcela “modernizada” desta sociedade. O Brasil era o país com o maior número de empregados domésticos do mundo: 7,2 milhões.⁴⁸ Além da escassez, a ampliação dos direitos da categoria, em abril de 2013 — com limitação de jornada de trabalho, pagamento de hora extra, adicional noturno, entre outros benefícios —, avançava lentamente a valorização dos trabalhadores domésticos que remanesциam. O filme *Que horas ela volta?*, lançado em 2015 (quando o quadro já regredia), retrata aquele momento. Mas o trabalho doméstico é apenas exemplo do processo maior e mais central que estava em curso. O lulismo não pretendia produzir confronto com as classes dominantes, mas ao diminuir a pobreza o fazia sem querer.

A superpopulação excedente, rebaixando o valor do trabalho, permite ao setor moderno funcionar. Existe a sensação intuitiva, mas falsa, de que o atraso segura, suga para baixo o setor moderno, quando é o oposto: “o específico da revolução produtiva sem revolução burguesa era o caráter ‘produtivo’ do atraso”.⁴⁹ A realidade é contraintuitiva: o limbo funciona como a atmosfera da qual o moderno retira o ar que respira — ou melhor, a mão de obra que o alimenta. Com a mão de obra superabundante, a camada “moderna” brasileira tem dinamismo e tamanho suficientes para mexer com o mercado imobiliário de Manhattan ou contar com a segunda maior comunidade de usuários de Facebook do mundo, atrás só dos Estados Unidos.

A consequência política é que o setor moderno é grande o suficiente para impor vetos sobre a mudança do sistema, pois, se parte da sociedade está no atraso, parte significativa está no moderno. Por mais paradoxal que pareça, o que paralisa o avanço não é o atraso, é o tamanho do setor modernizado. Acredito que essa su-